

ABERTURA PARA O DIÁLOGO, MAS SEM SOLUÇÕES À VISTA!

A Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais (FNSTFPS) reuniu no dia 17 de setembro com o Secretário de Estado Adjunto da Justiça (SEAJ) para discutir os problemas que há muito afetam o bom funcionamento dos serviços do Ministério da Justiça (MJ) e os direitos dos trabalhadores.

Apesar da abertura para o diálogo, o facto é que não nos foram apresentadas propostas concretas para a resolução dos inúmeros problemas.

Manifestámos que a inoperância do MJ não pode ser justificada pela necessidade constante de negociação entre os membros do governo, porque todos são responsáveis pelo programa do governo. Nem a pandemia serve para justificar as dificuldades financeiras, já que esta justificação já era usada, mesmo antes da pandemia.

Reafirmamos que a existência de diálogo sem soluções não interessa aos trabalhadores!

• DA FALTA DE PESSOAL EM TODAS AS CARREIRAS E CATEGORIAS

Fomos confrontados com o reconhecimento da existência de falta de trabalhadores em todas as carreiras e categorias, mas que “não consegue fazer mais nada por culpa das Finanças! Assumiu ser conhecedor da existência de lugares vagos nos mapas de pessoal que estão por preencher...! que se resolve tão-só com o termo da obrigação de pedidos de autorizações para abertura de concursos, porque não há aumento dos custos, negociados anualmente para os recursos humanos. Esta é a visão simplista do SEAJ e que minimiza o grave problema da falta de trabalhadores, resultando no desrespeito pelos seus direitos e a degradação da qualidade dos serviços.

• DA AUSÊNCIA DE ABERTURA DE CONCURSOS DE PROMOÇÃO PARA AS CARREIRAS NÃO REVISTAS (DGRSP e INMLCF)

É inaceitável que continuem a bloquear os concursos de promoção! Arrastando-se um processo que, após 10 anos de congelamento, foi finalmente desbloqueado com a Lei do Orçamento do Estado de 2018. Mais uma vez, o SEAJ justificou este marasmo com a obrigação de passar pelo crivo do Ministro das Finanças para abertura de concursos, que diz já ter entregue para aprovação.

• DA REVISÃO DAS CARREIRAS ESPECIAIS NÃO REVISTAS (DGRSP E INMLCF)

Apesar das promessas do governo, as carreiras da DGRSP e do INMLCF continuam como não revistas desde 2008, sendo inaceitável que, passados 13 anos, nada tenha sido feito para a revisão destas carreiras e que ainda justifiquem a inoperância com opções políticas, falta de dinheiro, obrigações do Ministério das Finanças e – agora –, invocam a pandemia para apelar à compreensão e justificar as dificuldades financeiras existentes.

Reafirmámos que a situação em que se encontram os trabalhadores é insustentável e que é urgente a promoção da revisão destas carreiras, não só como para garantia da valorização funcional e salarial, mas como forma de estabilizar os recursos humanos nos serviços a que pertencem.

O uso de reservas de recrutamento e a abertura de concursos com obrigatoriedade de permanência de três anos, como aconteceu para as carreiras da reinserção social da DGRSP (TSRS e TPRS), só minimiza o problema, pois passados os três anos a maioria procura colocação noutros serviços, com melhores condições de trabalho e de salário.

Apesar de sabermos que a informação não corresponde à realidade, o SEAJ garantiu-nos que já está criado um grupo de trabalho na DGRSP para elaboração de uma proposta de revisão das carreiras da reinserção social, mas não se comprometeu com prazos.

MAS, fez questão de salientar que a resolução deste processo dependerá sempre das prioridades que venham a ser estabelecidas pelo governo, pois **“não há dinheiro para tudo”** (!?) No que se refere ao **INMLCF**, os concursos de ingresso para ajudantes, devido aos baixos salários, ficam desertos, obrigando à contratação a recibos verdes para manter os serviços em funcionamento. Quanto à revisão das carreiras do INMLCF demonstrou total desconhecimento da existência de projeto já finalizado e entregue à tutela no anterior executivo, afirmando não existir qualquer grupo de trabalho para as carreiras não revistas deste Instituto.

• **DA AUSÊNCIA DE MEDIDAS NO ÂMBITO DA SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO**

Na generalidade dos serviços do MJ é inexistente uma política de salvaguarda do direito à segurança e saúde no trabalho, como são disso exemplo as péssimas condições em que se encontram os edifícios e as condições gerais de trabalho.

Fomos informados que – finalmente –, se encontra para aprovação e adjudicação para a contratação de uma empresa especializada na área da medicina do trabalho.

• **REGULAMENTAÇÃO DAS CARREIRAS ESPECIAIS (IRN E PJ)**

Embora o SEAJ seja o legal substituto na ausência da Ministra da Justiça, após nosso relato da situação em que se encontram os trabalhadores do IRN e da PJ, o SEAJ não nos quis adiantar qualquer informação ou opinião sobre o ponto de situação da regulamentação, relativa às novas carreiras especiais do IRN e da PJ - até hoje por publicar.

- Fizemos notar que, no caso do IRN, urge
- a abertura de concursos para oficial especialista;
- urge debelar a desigualdade salarial existente;
- urge equipar os serviços com parque informático
- condizente com a exigência do serviço presta-
- do; urge dar condições dignas de trabalho
- às centenas de trabalhadores que sempre
- estiveram na linha da frente; urge tomar medi-
- das para repor o bom funcionamento
- dos serviços, atualmente em estado caótico
- e urge dar cumprimento ao compromisso
- assumido pela Secretária de Estado da Justiça
- para valorização dos trabalhadores do Depar-
- tamento de Identificação Civil.
- Quanto à carreira especial do pessoal de apoio
- à investigação criminal da PJ e ao processo de
- transição em curso que, contra a vontade desta
- Federação e tal como denunciámos na altura,
- está a fazer com que os trabalhadores sejam
- excluídos e se mantenham nas carreiras subsis-
- tentes, gorando as suas expectativas profes-
- sionais destes trabalhadores, exigimos que
- todos sejam integrados na nova carreira com
- vínculo de nomeação, porque as suas funções
- assim o exigem nos termos da Lei.

Os trabalhadores do MJ darão resposta adequada para a denúncia e a exigência de soluções para os seus problemas laborais.

SINDICALIZA-TE!

MANTÉM-TE INFORMADO!

SINDICALIZA-TE

**UNIDOS
SOMOS
MAIS
FORTES**



Outubro 2021

Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Norte

Rua Vasco de Lobeira, 47/51
4249-009 Porto

tel 225574060

fax 225507257

email geral.porto@stfpsn.pt

site www.stfpsn.pt